

**João Fernando Vieira da Silva**

**Acesso à Justiça – Reflexões e  
propostas à luz dos cenários nacional  
(Portugal e Brasil) e local (Leopoldina -  
Minas Gerais)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO**  
Programa de Pós-Graduação em Direito

Rio de Janeiro  
Março de 2006



**João Fernando Vieira da Silva**

**Acesso à Justiça – Reflexões e propostas à  
luz dos cenários nacional (Portugal e Brasil) e  
local (Leopoldina -Minas Gerais).**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Lúcia Lyra Tavares

Rio de Janeiro

Março de 2006



**João Fernando Vieira da Silva**

**Acesso à Justiça: Reflexões e Propostas à Luz de Contextos Nacionais (Portugal e Brasil) e local (Leopoldina - Minas Gerais).**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profª. Ana Lúcia de Lyra Tavares**  
Orientadora  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Profª. Eliane Botelho Junqueira**  
Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Joaquim Leonel de Rezende Alvim**  
Departamento de Direito - UFF

**Prof. João Pontes Nogueira**  
Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 24 de março de 2006

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

### **João Fernando Vieira da Silva**

Graduou-se em Direito na UNIPAC (Universidade Presidente Antônio Carlos) de Ubá- MG em 2000. cursou Pós Graduação Lato Sensu em Direito Civil pela UNIPAC (Universidade Presidente Antônio Carlos) de Ubá- MG em 2003. Advogado. Professor desde 2003 do curso de Direito das Faculdades Doctum/Campus Leopoldina-MG, já tendo lecionado as disciplinas Teoria Geral do Processo, Teoria da Constituição, Direito Processual Civil, Direito Civil e Prática Jurídica.

Vecchi, Cristiano Brandão

Acesso à Justiça: Reflexões e Propostas à Luz de Contextos Nacionais (Portugal e Brasil) e local (Leopoldina - Minas Gerais)./ João Fernando Vieira da Silva; orientadora: Ana Lúcia de Lyra Tavares. – Rio de Janeiro: PUC; Departamento de Direito, 2006.

v., 263 f.: il.; 29,7 cm

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – Teses. 2. Acesso à Justiça. 3. pluralismo jurídico. 4. Cappelletti 5. Boaventura de Sousa Santos. 6. direito brasileiro I. Tavares, Ana Lúcia de Lyra. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD:340

Dedico este trabalho a meus pais, José Miranda (*in memoriam*) e Ione, que me ensinaram a fazer tudo na vida com amor e fé, e à Professora Ana Lúcia Lyra Tavares, minha orientadora, a prova de que meu anjo da guarda quer zelar por meus caminhos pelas veredas do Direito.

## Agradecimentos

Certamente, a minha lista de agradecimentos não é exaustiva, pois seria muito difícil nomear todos aqueles aos quais sou grato pela confecção deste trabalho.

Agradeço, de início, à Professora Ana Lúcia Lyra Tavares, minha orientadora, um talento ímpar que mostra o quão seriedade e brilhantismo acadêmicos não são necessariamente incompatíveis com demonstrações contínuas de afeto, respeito, solidarismo e amizade.

Agradeço ao Professor José Ribas Vieira, generoso em indicações bibliográficas e vital na indicação de Leopoldina como uma das bases para as pesquisas deste trabalho.

Agradeço ao Professor Adrian Sgarbi, Coordenador do Programa de Mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional da PUC- Rio, figura que muito admiro por seu brilhantismo, por sua capacidade administrativa e por seu trato revestido de grande humanidade.

Agradeço à Carmem, Marcos e Anderson, funcionários da Secretaria do Mestrado em Direito da PUC- Rio, figuras sempre amistosas e compreensivas com as dificuldades de um Mestrando de Minas Gerais na Cidade Maravilhosa.

Agradeço a todos os meus colegas de Mestrado, com os quais compartilhei inesquecíveis lições acadêmicas, fazendo nota especial de agradecimento aos colegas Fernando Bentes, José Guilherme, Carlos Frederico, Rachel Herdy e Tereza, que, com muita amizade, muito enriqueceram as conversas sobre o Acesso à Justiça e na sugestão de leituras sobre a matéria.

Agradeço aos pesquisadores do Observatório Permanente de Justiça em Portugal, especialmente a Professora Fátima de Sousa, muita generosa na indicação de bibliografia sobre o acesso à Justiça em Portugal.

Agradeço ao Professor Daniel Almeida Rodrigues, Mestrando em Direito Comercial pela Faculdade Milton Campos e ex colega de docência, um admirável incentivador de minhas incursões pelos caminhos do Mestrado.

Agradeço ao Professor Glauco Moreira de Moura, parceiro de incansáveis “lutas desiguais” nos meandros acadêmicos.

Agradeço à Professora Kelly Cristine Baião Sampaio Bigogno, Doutoranda em Direito Civil pela UERJ e Coordenadora da Faculdade na qual hoje leciono, figura vital para meu ingresso na vida de docente e memorável aprendizado daquilo que é realmente é uma “família”.

Agradeço aos Professores Guilherme Augusto Portugal Braga e Marcelo Rapposo Neves, mentes brilhantes, insaciáveis no aprimoramento do saber acadêmico e fontes de deliciosas discussões jurídicas travadas durante a presente dissertação.

Agradeço aos leopoldinenses Professores Windson Mendes Carvalho, Ricardo Kalil, Maria Filomena Antunes Silva, Maria Rita Braga Siqueira e Yuri Salomão Daibert, figuras que de certa forma me ajudaram a compreender o grande amor que a Leopoldina despertou em mim.

Agradeço à educadora Maria da Glória Costa Reis, exemplo vivo da personificação da bravura no embate contra os males da exclusão social em Leopoldina- MG.

Agradeço aos discentes Fernando Amarante, Lygia, Viviani, Douglas, Patrick, Arsênia e Natália, acadêmicos que, dentre tantas saborosas opções no Direito, tiveram paciência e fervor para participarem do grupo de Acesso à Justiça em Leopoldina no qual trabalhei muito mais como aprendiz do que um autêntico “orientador”.

Agradeço aos Juizes de Direito Bruno Terra Dias e José Martinho Nunes Coelho, magistrados com quem estagiei e os quais considero modelos ideais do juiz que sabe promover o Acesso à Justiça.

Agradeço ao meu amigo Marcelo Bravo Maciel, um “irmão”, companheiro de advocacia, um batalhador incansável pela vitória das melhores soluções no universo áspero da Prática Jurídica.

Agradeço à minha noiva, Danielle, exemplo notável do quão a vida é bonita...

Agradeço, acima de tudo, a Deus

## Resumo

Silva, João Fernando Vieira, **Acesso à Justiça: Reflexões e propostas à luz de contextos nacionais (Portugal e Brasil) e local (Leopoldina-Minas Gerais)**. Rio de Janeiro, 2006, 263p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O acesso à Justiça é o mais fundamental dos direitos, tal como concebe Mauro Cappelletti. Partindo dessa perspectiva, surge o seguinte questionamento: se o mais básico dos direitos carece de efetividade e encontra barreiras de toda a ordem para atingir sua plenitude, como se efetivará a ordem jurídica em seu conjunto? Antes de mais nada, é preciso dizer que não há resposta pronta para esta indagação. Trata-se, com efeito, de empreender uma caminhada na busca de soluções que não serão universais, tampouco definitivas. Enfrentar o desafio do acesso à Justiça pressupõe afastar-se o mito de que o Direito se limita à manifestação estatal, na qual predominam ideologias e interesses das elites governantes. O reconhecimento do pluralismo jurídico e das esferas jurídicas informais, que se revelam igualmente eficazes na resolução de conflitos dos diversos espaços sociais, mostra-se, do mesmo modo, fundamental para que se possa avançar no exame dessa questão. Trata-se não de uma substituição de um panorama por outro, mas da agregação de quadrantes. As carências da via estatal, podem ser, por vezes, supridas pelas vias informais e a recíproca também é verdadeira. No presente texto, que se baseia nos estudos de acesso à Justiça, sob uma perspectiva pluralista, de Mauro Cappelletti e de Boaventura de Sousa Santos, buscou-se examinar certos aspectos da crise desse acesso, tanto em nível nacional (Portugal e Brasil), quanto local (Leopoldina- Minas Gerais). Assim procedendo, procurou-se não somente ressaltar as formas oficiais de ação, mas também aquelas oriundas das fontes extra-estatais do Direito, lançando-se sobre ambas um olhar crítico, visando destacar tanto as vicissitudes quanto as alternativas para o aprimoramento do acesso à Justiça.

## Palavras-chave

Acesso à Justiça, pluralismo jurídico, Cappelletti, Boaventura de Sousa Santos, direito brasileiro, direito português, Leopoldina, sinergia jurisdição estatal e extra-estatal.

## RÉSUMÉ

Silva, João Fernando Vieira, **Acesso à Justiça: Reflexões e propostas à luz de contextos nacionais (Portugal e Brasil) e local (Leopoldina-Minas Gerais)**. Rio de Janeiro, 2006, 263p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

L'accès à la justice est le plus fondamental des droits, tel que le conçoit Mauro Cappelletti. La question qui se pose donc est la suivante: si la mise en oeuvre de ce droit fondamental se heurte à toutes sortes d'obstacles, comment l'ordre juridique, dans son ensemble, pourrait être efficace? Tout d'abord, il faut remarquer qu'il n'y a pas de réponse à cette question. En fait, il s'agit d'un chemin à parcourir en vue de trouver des solutions, tout en sachant qu'elles ne seront ni universelles ni permanentes. Faire face au défi de l'accès à la justice présuppose l'écartement du mythe que le droit est circonscrit au cadre de l'Etat, dans son contenu idéologique et en proie aux intérêts des élites qui agissent sur lui. La reconnaissance du pluralisme juridique est des sphères juridiques informelles, qui se révèlent également efficaces dans la résolution des conflits dans les espaces sociaux qu'elles occupent, s'avère de même fondamentale, pour que l'on puisse faire des progrès dans l'examen de cette question. Il s'agit donc non pas de remplacer le cadre officiel par un autre mais d'y associer de nouvelles approches dans la résolution de problèmes d'accès à la justice. Les insuffisances de la voie de l'Etat, peuvent parfois être suppléées par des voies informelles et réciproquement. Dans ce texte, qui s'appuie sur les études d'accès à la justice, à une approche pluraliste, de Mauro Cappelletti et de Boaventura de Sousa Santos, on a essayé d'examiner certains aspects de la crise de cet accès aussi bien au niveau national (Portugal et Brésil) que local (Leopoldina- Etat du Minas Gerais). Ainsi faisant, on s'est attaché à faire ressortir les formes d'action provenant non seulement des voies officielles, mais aussi celles issues des options pluralistes du droit, en y jetant un regard critique en vue de mettre en relief et les vicissitudes et les solutions alternatives.

### **Mots- clés:**

Accès à la justice, pluralisme juridique, Cappelletti, Boaventura de Sousa Santos, droit brésilien, droit portugais, Leopoldina, synergie entre juridiction de l'Etat et non officielle.

## Sumário

1	Introdução	13
2	Notas introdutórias sobre o Acesso à Justiça	19
2.1	Um Panorama doutrinário do Acesso à Justiça	19
2.1.1	Há um Conceito Unívoco de “acesso à justiça”?	19
2.1.2	Enfoques histórico-culturais	26
2.1.3	Mauro Cappelletti e as Ondas Renovatórias do Acesso	28
2.1.4	O pluralismo jurídico e os contributos para o acesso de Boaventura de Sousa Santos	36
2.2	Os obstáculos a serem transpostos na trajetória do acesso à justiça	51
2.2.1	Custas e despesas processuais elevadas	54
2.2.2	Tempo	55
2.2.3	Dificuldades do cidadão comum para reconhecer um direito e propor uma ação ou se defender em processos judiciais	56
2.2.4	O embate desproporcional entre litigantes habituais e eventuais	59
2.2.5	Limitações na tutela de direitos difusos e coletivos	60
2.3	Conclusão parcial	61
3	A Crise do Acesso à Justiça em Portugal e no Brasil	74
3.1	Estudo inicial sobre Acesso à Justiça em Portugal e no Brasil	74
3.2	A Crise do Acesso em Portugal	82
3.2.1	A defasagem entre a oferta e a demanda na Justiça estatal portuguesa – o desgaste da jurisdição convencional	82
3.2.2	A Morosidade	92
3.2.3	Problemáticas do Apoio Judiciário em Portugal	99
3.2.4	Alternativas	102
3.2.4.1	Modernização administrativa e de gestão do sistema judiciário português	102
3.2.4.2	Desjudicialização e informalização: caminhos de reforma da administração da Justiça em Portugal	105
3.2.4.3	Julgado de Paz	110

3.3 A Crise do Acesso no Brasil	117
3.3.1 Um olhar global sobre a crise da Justiça no Brasil	117
3.3.2 Os problemas vinculados ao custo e ao tempo	133
3.3.3 O cenário das tutelas de direitos difusos e coletivos no Brasil- avanços e retrocessos	140
3.3.4 Deficiências do ensino jurídico no Brasil	147
3.3.5- Acesso à Justiça Penal: cifra oculta da criminalidade e defesa efetiva do acusado	155
3.3.6 Perspectivas sobre o juiz e o acesso à Justiça no Brasil	160
3.3.7 Alternativas	175
3.3.7.1 Os Juizados Especiais- avanços e fiascos de uma boa idéia	175
3.3.7.2 Os movimentos sociais e as alternativas extra-estatais de resolução de conflitos- a experiência do Balcão de Direitos	184
3.3.7.3 Sugestões pontuais para o melhoramento como um todo do acesso à Justiça no Brasil	191
3.4 Conclusão Parcial	201
4 O Acesso à Justiça em Leopoldina	206
4.1 Por que estudar e conhecer Leopoldina?	206
4.2 Análise crítica da Jurisdição estatal em Leopoldina- MG	210
4.3 Análise crítica das funções essenciais à Justiça em Leopoldina- MG	217
4.3.1 Defensoria Pública	217
4.3.2 Ministério Público	224
4.3.3 Advogados	228
4.4 As alternativas extra-estatais e os movimentos sociais em Leopoldina- MG	235
4.5 Conclusão Parcial	245
5 Conclusão Final	249
6 Bibliografia	253

*“ Como você se apega a sua pureza, meu menino!  
Como tem medo de sujar as mãos. Pois bem, fique  
puro! De que isto lhe servirá, e por que está entre nós?  
A pureza é uma idéia de faquires e monges. Vocês,  
intelectuais, anarquistas e burgueses, a usam como  
pretexto para não fazerem nada. Não fazer nada, ficar  
imóvel, apertar os cotovelos contra o corpo, usar as  
luvas. Mas eu tenho as mãos sujas. Até o cotovelo. Eu  
as mergulhei no sangue”.*

*(SARTRE, Jean Paul. As Mãos Sujas. Trad. Antônio Carlos  
Coimbra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Publicações Europa, 1965. p. 24)*

Um dia, ele chegou tão diferente do seu jeito de sempre chegar  
Olhou-a de um jeito muito mais quente do que sempre costumava olhar  
E não maldisse a vida tanto quanto era seu jeito de sempre falar  
E nem deixou-a só num canto, pra seu grande espanto, convidou-a pra rodar  
E então ela se fez bonita como há muito tempo não queria ousar  
Com seu vestido decotado cheirando a guardado de tanto esperar  
Depois os dois deram-se os braços com há muito tempo não se usava dar  
E cheios de ternura e graça, foram para a praça e começaram a se abraçar  
E ali dançaram tanta dança que a vizinhança toda despertou  
E foi tanta felicidade que toda cidade se iluminou  
E foram tantos beijos loucos, tantos gritos roucos como não se ouvia mais  
Que o mundo compreendeu  
E o dia amanheceu  
Em paz  
(Valsinha- Chico Buarque e Vinícius de Moraes)